

## Elementos de uma cultura dinástica e visual: os sinais heráldicos e emblemáticos do rei D. Duarte

Miguel Metelo de Seixas e João Bernardo Galvão-Telles

### Abstract

The fifteenth century was a remarkable period for Portuguese heraldry, which acquired new social and semiotic functions. In this transmutation, the Royal House assumed an important role, either in the choice and display of its own identification signals, either in the organization of others'; in this way, some mechanisms of instrumentalization of heraldry have been generated in service both of the centralization of royal power and of the construction of a new culture of nobility. The turning point in this transformation of heraldry lies precisely in the reign of King Dom Duarte, which developed the first interferences of the Crown in the heraldry of the nobility and promoted the construction of a symbolic discourse about this kind of emblems. This speech was organized as a form of dynastic visual propaganda, characterized by its thematic and plastic complexity. Royal heraldry was displayed as visual propaganda of the foundations of legitimacy of power: not only genealogical, but also those which were based on behavioral models transmitted by chivalric literature and political doctrines. In this sense, the heraldic and emblematic signs of King Duarte emerge as privileged instruments of propaganda and dynastical culture, inserting themselves within the broader visual signals of the House of Avis.

O século XV constituiu um período marcante para a heráldica portuguesa, que adquiriu uma função social e uma carga semiótica bem distintas das que desempenhara até então. Nessa transmutação, a Casa Real assumiu um papel de primeira plana, quer na escolha e exibição dos seus próprios sinais identificativos, quer na organização dos alheios; foram sendo gerados os mecanismos de instrumentalização da heráldica ao serviço da centralização do poder régio e da construção de uma nova cultura nobiliárquica. É no âmbito desta viragem que se situa, precisamente, o reinado de D. Duarte, tanto pela criação dos primeiros meios de interferência régia na heráldica da nobreza, como pela construção de um discurso emblemático próprio.

No período final da Idade Média, entre os séculos XIV e XV, quando já se encontrava consumada a ideia de as armas se associarem aos respectivos apelidos

como elementos identitários das linhagens da nobreza, novos factores culturais, sociais e políticos vieram trazer modificações de vulto à heráldica portuguesa. Tais transformações condensaram-se no processo que Norbert Elias chamou de “curialização da nobreza”. No caso português, como adverte Rita Costa Gomes,

*“este processo caracterizar-se-ia pela criação de relações de dependência recíproca entre os nobres e os monarcas, substituindo ao tipo-ideal de uma nobreza guerreira autónoma um outro conceito, de uma nobreza que mantém a distinção necessária à sua existência enquanto grupo através da sua inserção na Corte”<sup>1</sup>.*

O processo de curialização vinha deste modo sobrepor-se à antiga concepção linhagística como fundamento para a existência da nobreza, somando-se a diversos outros factores que, desde o século XIV, forneciam a esta elementos de estabilidade simbólica e patrimonial<sup>2</sup>: a fixação dos nomes de família, com o abandono do velho esquema dos patronímicos em favor de apelidos invariáveis; a constituição de vínculos de herança de património indiviso; a detenção e transmissão de ofícios na corte; e a requalificação das posições hierárquicas no seio da nobreza em função das novas categorias estruturais definidas pela Coroa, em particular os foros de moradia da Casa Real. Assim,

*“o conjunto das mutações que afectam a composição nobiliárquica portuguesa processa-se no quadro do esforço da monarquia para controlar o vocabulário social e a delimitação das hierarquias”<sup>3</sup>.*

Nesta redefinição da nobreza, centrada na actuação da Coroa, a heráldica desempenhou o papel de transposição simbólica da nova ordem que se ia instituindo, na medida em que servia simultaneamente como expressão de uma classificação ideal e como registo das flutuações hierárquicas e das consequentes redefinições de posições relativas de cada indivíduo e grupo familiar (ou instituição) no seio do sistema. As armas de cada um passavam a ter de ser exibidas publicamente em moldes que definiam, da forma mais precisa possível, a posição social do seu detentor, conjugando-se por vezes com sistemas emblemáticos complementares, como as empresas. Daí decorreu o costume da ostentação das armas em exibições sumptuárias, a que não foram estranhos, desde logo, os produtos de luxo importados do Oriente, em particular a porcelana e os tecidos usados tanto para efeitos decorativos como para a indumentária ou para a paramentaria religiosa. Estes produtos encontravam-se ligados à mesma noção de exibição heráldica por via da generalização, a partir

<sup>1</sup> GOMES, Rita Costa – A curialização da nobreza. In CURTO, Diogo Ramada (dir.) – *O tempo de Vasco da Gama*. S.L.: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Difel, 1998, pp. 179-188, p. 180.

<sup>2</sup> IDEM – *Ibidem*. p. 182.

<sup>3</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. S.L.: Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, p. 337.

de meados do século XV, do uso de librés distintivas das principais Casas nobres<sup>4</sup>. A transformação da carga semiótica da heráldica traduzia, portanto, as alterações graduais mas profundas por que passaram tanto a Coroa como a própria nobreza na fase de transição para um Estado moderno.

Em resposta a esta série de alterações drásticas, os vectores da cultura nobiliárquica sofreram modificações igualmente profundas. O perfil do homem nobre dava decerto continuidade a alguns motivos essenciais da Idade Média, como a valorização das virtudes guerreiras, o predomínio da honra, o conhecimento das origens e respeito pelos valores herdados dos maiores, a observação de certas normas éticas de comportamento plasmadas no código de cavalaria. Mas passaram a vincar-se de forma cada vez mais forte outros tópicos (já existentes anteriormente), como o serviço à Coroa e a lealdade pessoal ao soberano e às instituições, bem como a importância da inscrição no tempo, para perpetuar os feitos próprios da linhagem de forma perene. Longe de desaparecer, o espírito cavaleiresco e o culto heróico tenderam a ganhar projecção no seio da cultura nobiliárquica. Estabeleceram-se assim relações complexas e complementares entre a nobreza e a Coroa, numa mútua dependência que traduzia a necessidade de equilíbrio entre estas<sup>5</sup>.

Ora, esse processo de transformação da nobreza corresponde também ao início da expansão e à criação dos domínios ultramarinos. Estes eram encarados como fonte de riqueza material e como território para dilatação da fé cristã e combate aos infiéis, como se afirmava reiteradamente<sup>6</sup>. Mas constituíam também fonte de glória, em simultâneo e de modo inextricável, para a Coroa e para a nobreza combatente (passe a redundância). Deste modo, a expansão forneceu o cadinho em que se fundiram o imaginário e o interesse comuns das duas instituições.

Construiu-se pois uma gesta partilhada, na qual o ultramar – e sobretudo,

<sup>4</sup> Os membros da dinastia de Avis desempenharam um papel fundamental na difusão do uso das librés, que tanto podiam retomar as cores heráldicas como as cores das empresas. Está por realizar o estudo do sistema emblemático das librés, o qual teria de partir de um levantamento das referências presentes em documentação e crónicas, comparando depois o resultado da pesquisa com o modelo teórico fornecido pelos tratados de brasão em circulação na época. A obra do arauto Sicília, por exemplo, compreende diversos capítulos dedicados aos princípios que devem reger a escolha e o uso de tecidos para vestuário em geral e para librés em particular. Cfr. SICILLE – *Il Blasone dei colori. Il simbolismo del colore nella Cavalleria medievale* (a cura di Massimo D. Papi, apresentação de Franco Cardini). Rimini: Il Cerchio Iniziative Editoriali, 2000, pp. 63-67 e 73-79. No caso da dinastia de Avis, parece ter vingado o princípio de as cores da libré se encontrarem directamente relacionadas com as que cada príncipe escolhia para a sua empresa. Cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de – As armas e a empresa do rei D. João II. Subsídios para o estudo da heráldica e da emblemática nas artes decorativas portuguesas. In MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho; CORREIA, Ana Paula Rebelo (coord.) – *As Artes Decorativas e a Expansão Portuguesa. Imaginário e Viagem. Actas do 2.º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Escola Superior de Artes Decorativas / Centro Cultural Científico de Macau, 2010, pp. 46-82.

<sup>5</sup> Cfr. GOMES, Rita Costa – *L'ordre domestique et l'ordre politique: la société de cour dans le Portugal du bas Moyen Âge*. In FORONDA, François; CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel (dir.) – *Du contrat d'alliance au contrat politique. Cultures et sociétés dans la péninsule Ibérique de la fin du Moyen Âge*. Toulouse: CNRS – Université de Toulouse – Le Mirail, 2007, pp. 245-261.

<sup>6</sup> Cfr. ROSA, Maria de Lurdes – Velhos, novos e imutáveis sagrados... Um olhar antropológico sobre formas «religiosas» de percepção e interpretação da conquista africana (1415-1521). *Lusitana Sacra*, 2006 (18), p. 51.

numa primeira fase, o Norte de África – desempenhou um papel primacial para a construção do imaginário colectivo da nobreza. Esta erigia em valor cada vez mais alto o serviço da Coroa, devidamente coordenado com a exaltação do combate ao infiel e com a prossecução do ideal de cruzada. A glória alcançada no ultramar, embora continuasse a basear-se em feitos individuais que se iam acumulando na memória de cada linhagem, ganhava assim um alcance maior. Deixara de ser uma glória isolada, inseria-se num projecto comum, grandioso, que mais a enaltecia: era uma glória articulada.

Deste modo, os feitos praticados no ultramar serviam para exaltação da Coroa e da nobreza conforme um ideário comum, mas também mediante a construção de um código visual de reconhecimento social da honra e da glória. Tal código visual plasmava-se na heráldica, que assim emergia como expressão dessa gesta, tanto da intrincada relação Coroa-nobreza, como enquanto espelho dos parâmetros e valores por que se guiaria o discurso da honra<sup>7</sup>.

Esta função social da heráldica no período das descobertas manifestou-se muito particularmente sob duas formas: através da concessão de armas novas, por um lado, e da atribuição de acrescentamentos honrosos, por outro. Encontramo-nos em ambos os casos na presença de mecanismos que tinham em comum o facto de emanarem de uma autoridade heráldica centralizada na própria Coroa e que visavam, por parte desta, o reconhecimento e a glorificação dos feitos praticados em prol do desígnio colectivo da expansão e conquista ultramarinas.

É significativo que a primeira carta de armas conhecida em Portugal se reporte ao reinado de D. Duarte. Trata-se, com efeito, da concessão operada em prol de Gil Simões no ano de 1438. No respectivo texto, invocavam-se os serviços prestados pelo armígero e por seu irmão Vicente Simões,

*“recebidos em a guerra dos Mouros que ora com elles ouvemos. E como outrosim foram com o Iffamte dom amrrique. E com o Iffamte dom fernando meus irmãos sobre Tamger cercados com eles em o pallamque do infimdo poderio dos mouros que sobre eles veo seemdo eles por nosso serviço em muitas e boas cousas e feridos per muitas vezes postos em grandes trabalhos e perigos guerreando contra eles per terra e per mar (...)”*.<sup>8</sup>

Assim, o acto heróico – praticado na luta contra o infiel e em serviço do príncipe e da dinastia – encontrava-se na base da concessão de armas. Mas o documento régio dispunha ainda que, embora os dois combatentes pudessem trazer armas próprias da sua família,

<sup>7</sup> Cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de – Reflexos ultramarinos na heráldica da nobreza de Portugal. In RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.) – *Pequena Nobreza e Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de História de Além-Mar, 2012, pp. 1-37.

<sup>8</sup> SANCHES DE BAENA, Visconde de – *Archivo Heraldico-Genealogico*. Lisboa: Typographia Universal, 1872, vol. 1, p. XXIII.

*“a elles prazia mais de lhas nós darmos per seus bons merecimentos que as averem per outra maneira. E que porem nos pediam por mercee que em galardam de seus bons costumes e serviços e trabalhos nos prouvesse de lhe dar armas que elles e todos de sua linhagem possam trazer (...)”*<sup>9</sup>

Desta forma, destacava-se um facto da maior relevância: as armas serviam para tornar público e notório – ou seja, para *ilustrar* – o laço de obediência e de fidelidade que unia o agraciado ao rei, seu senhor. Mesmo que tal se desse em detrimento ou subordinação dos sinais próprios da linhagem do armígero. As armas concedidas funcionavam, nesse contexto, como sinal da *benfeitoria* que devia estar no âmago da relação entre o príncipe e os seus súbditos, segundo a doutrina política da época. Assim o exprimiu o infante D. Pedro, que apontava diversas razões para a existência do poder régio, sendo a primeira a autoridade do monarca como pai dos seus povos:

*“Quall quer padre deue auer cuydado de gouernar seus filhos, assy como suas proprias cousas. Porem, como os príncipes seiam padres de seus proprios subdictos, os quaes elles geeram assy como naturaes marydos com a terra que he seu senhorio. Seguesse que lhes deue fazer bem acorrendo aas minguas das suas feyturias.”*<sup>10</sup>

A segunda razão prendia-se precisamente com a liberalidade do soberano, a qual, no fundo, constituía uma forma de justiça. O infante D. Pedro traçou, a esse respeito, uma sugestiva metáfora astrológica e zoológica:

*“Diz Plínio philosopho que a aguya he chamada Reynha das aues, porque he liberal em partir sua preia com aquellas que a seguem. E o soll antre os poetas he chamado Rey do çeeo, porque todollos planetas e strellas recebem delle claridade, e as cousas temporaes som geeradas e conseruadas per spargimento do seu splendor. Porem, pois que as criaturas que careçem de rezom gaançaram nomes de senhorio por ajudarem com suas propriedades as que som a ellas subdictas, muyto mais deuem os príncipes partir o que teem, fazendo a todos merçees segundo o deuem que por esto lhe outorgou deos o Regimento, e os homees conssemtirom que sobrelles fossem senhores.”*<sup>11</sup>

Os príncipes apareciam, destarte, como intermediários entre Deus e os homens, numa renovação do ponto de vista que São Tomás de Aquino havia defendido acerca do pacto de sujeição para benefício e defesa da comunidade, contra os interesses individuais<sup>12</sup>. A chave para a aplicação deste modelo teórico residia, para D. Pedro, no exercício concreto do poder de forma consentânea com o ideal de justiça, funcionando o rei como fiel da balança, para usar uma metáfora sem dúvida

<sup>9</sup> IDEM – *Ibidem*.

<sup>10</sup> FONSECA, João Abel da – A «Virtuosa Benfeitoria» e o pensamento político do Infante D. Pedro. *Biblos*, 1993 (LXIX), p. 233.

<sup>11</sup> IDEM – *Ibidem*. p. 233.

<sup>12</sup> IDEM – *Ibidem*. pp. 245-246.

adequada à empresa do próprio infante.

Desta forma, o *Livro da Virtuosa Benfeitoria* transmitia a imagem de uma sociedade fortemente hierarquizada, enquadrada dentro da instituição régia, que a acolhia, delimitava e anteparava. Assim, conforme assinala Luís Rebelo de Sousa,

*“Sabemos que a investidura dos reis, legitimada, segundo a doutrina medieval, por ordenação divina, necessita da legitimidade do exercício do Poder em prol do bem comum para ser plenamente aceite na sua eficácia carismática. Ora o mesmo se passa com a ‘benfeitoria’. É na sua prática, na sua execução, que envolve o doador e o recebedor, que reside a virtude.”*<sup>13</sup>

Por via da acção providencial e exemplar do soberano, estabelecia-se entre todos os membros da comunidade uma “doce e forçosa cadeia de benfeytura”, cuja origem divinal era por assim dizer transposta ou aplicada para o plano humano por intermédio do rei. Do ponto de vista ontológico, essa cadeia de benfeitoria resultava de uma espécie de falha ou insuficiência primordial do Homem, “como uma necessidade para suprir as deficiências inerentes à condição humana”, apresentando-se como uma “teoria de inspiração neoplatónica, [em que] todos os entes que constituem o universo encontram-se indissoluvelmente ligados entre si”, mantendo assim “entre todos uma coesão orgânica.”<sup>14</sup> Deste modo, para D. Pedro, a natureza e a justificação do poder residiam ambas na condição imperfeita do Homem, ditada por Deus em contraponto à Sua própria perfeição, na medida em que

*“a ordenança razoada entre os príncipes e os sujeitos é fundada em natureza. [...] Assi como é cousa natural nascermos com o pecado, assi é nossa natureza vivermos em sujeição de temporal senhorio”*<sup>15</sup>.

Estabelecia-se assim uma relação complexa entre a essência do poder e a incompletude da natureza humana: não só no sentido em que esta, pelas suas insuficiências, justificava a existência daquele, mas também no sentido em que o poder temporal adquiria, quando convenientemente aplicado, uma dimensão não apenas sagrada como potencialmente salvífica.

No campo da heráldica ostentada pelos súbditos do rei de Portugal, a doutrina política da cadeia de benfeitorias exprimia-se de forma inequívoca pelo surgimento de armas concedidas pelo soberano, em absoluta inovação com relação à prática até então exclusiva, que era a da livre assunção dos emblemas. Mas tal doutrina também se espelhava nos próprios elementos constitutivos dos emblemas heráldicos e na natureza semântica destes, que sofreram então uma alteração significativa.

Até então, a carga significativa havia-se concentrado no escudo e em escassos e

<sup>13</sup> SOUSA, Luís Rebelo de – A alegoria final do *Livro da Virtuosa Benfeitoria*. Biblos, 1993 (LXIX), p. 370.

<sup>14</sup> IDEM – *Ibidem*. pp. 370-371.

<sup>15</sup> *Livro da Virtuosa Benfeitoria*. In *Obras dos Príncipes da Casa de Avis* (introdução e revisão de M. Lopes de Almeida). Porto: Lello & Irmão, 1981, livro I, cap. XVI, p. 594.

variáveis elementos exteriores; a função identificativa imperara sobre as demais, ou fora mesmo exclusiva. Mas, a partir do século XIV, as armas passaram a compreender comumente uma série de elementos exteriores pelos quais se exprimia a condição social do detentor das armas. Tais elementos podiam ser denotativos da condição de cavaleiro (o elmo com paquife e virol), da participação em torneios ou em actos guerreiros memoráveis (o timbre), da pertença a determinada ordem militar ou de cavalaria (as respectivas insígnias, eventualmente em escudo próprio), da partilha de ideais (a figuração de escudos de São Jorge ou de empresas), da detenção de títulos nobiliárquicos (as coroas e coronéis). Todos estes elementos exprimiam visual e simbolicamente a inserção do armígero em determinadas categorias que hoje classificaríamos de sociais, políticas, culturais, religiosas ou militares. Mas, dentro da lógica da cadeia de benfeitorias, os elementos exteriores ao escudo tornavam patente – e por essa via, por vezes, verdadeiramente actuante – uma visão hierarquizada da sociedade sob a égide do rei. Na verdade, a expressão das categorias hierárquicas transformara-se, na heráldica em fase de transição para a modernidade, numa componente tão fundamental como o próprio elemento identificativo básico (o escudo), que havia estado na origem do fenómeno heráldico.

O esforço de expressão heráldica da hierarquia social começou, desde logo, pela dinastia real. Tal é perfeitamente compreensível quando se tem em mente que o modelo linhagístico, agnático e vertical, teve em Portugal uma aplicação preferencial no seio da Casa Real; mais do que em qualquer outra linhagem, era nela necessário que as armas de todos os seus membros se vissem claramente diferenciadas, de modo a estabelecer um reconhecimento tão imediato e certo quanto possível do lugar que cada um ocupava em relação ao trono. É certo, por isso, que a Casa de Avis não introduziu o uso de diferenças dentro do escudo, o qual vinha de longe (pelo menos desde o infante D. Fernando, senhor de Serpa) e foi adquirindo um crescente grau de complexidade, até se transformar numa articulação intrincada de sinais dinásticos nas gerações dos descendentes de D. Afonso III e de D. Dinis<sup>16</sup>. No tocante à heráldica da Casa Real, a inovação introduzida com os filhos de D. João I residiu na sistematização das diferenças mediante recurso a uma figura recorrente e passível de hierarquização: o banco de pinchar ou lambel, directamente inspirado no modelo da Casa Real inglesa<sup>17</sup>. Esta figura permaneceu, em Portugal, como privativa da heráldica dinástica, a que conferiu assinalável grau de coerência interna e externa: por um lado, todos os seus membros legítimos passaram a recorrer

<sup>16</sup> Para uma caracterização deste fenómeno, veja-se SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – Sousas *Chichorros* e Sousas *de Arronches*: um enigma heráldico. In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (coord.) – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos / Caminhos Romanos, 2012, pp. 411-446.

<sup>17</sup> Cfr. SEIXAS, Miguel Metelo de; COLAÇO, José Estevéns – *As armas do infante D. Pedro e de seus filhos*. Lisboa: Universidade Lusíada, 1994.



ao lambel como forma de diferençar; por outro, esta figura firmou-se como marca imediatamente reconhecível da heráldica régia, de que era exclusiva. Assim se expressava visualmente a união entre os membros da dinastia e a sua partilha de um carácter excepcional no seio da hierarquia social: todos usavam as armas reais; e todos, excepto o rei, tinham de as diferençar mediante recurso a uma figura comum, ligeiramente alterada. Estabelecia-se assim uma notável continuidade simbólica e visual, baseada na expressão do princípio dinástico, cujo vértice – ou vórtice – residia no soberano.

A necessidade de vincar a natureza ímpar do lugar de destaque conferido ao rei, por via da exclusividade do uso das armas reais como próprias, levou à constituição das primeiras armas que em Portugal se conhecem para o herdeiro do trono. Neste caso, para o infante D. Duarte que, tal como sucedia em Inglaterra, ostentava as armas do reino com um lambel de prata pleno, de três pendentes<sup>18</sup>.

Podem, a este respeito, formular-se dois comentários. Em primeiro lugar, deve assinalar-se o carácter extraordinário desta medida no sentido de ter levado até às últimas consequências a reserva das armas plenas do rei em favor do monarca em exercício. Tal exclusivo poderá estar ligado à doutrina coetânea dos dois corpos do rei, um terreal e o outro místico, tal como foi claramente formulada pelo infante D. Pedro quando se dirigiu a seu irmão D. Duarte: “eu esgardo em vos dobrez pesoa A primeira he uos singularmente a 2.<sup>a</sup> he o senhor



Rey. e vos com toda a comunjdade de uosa terra”<sup>19</sup>. Nesse sentido, as armas plenas do rei seriam interpretadas não apenas como indicativas do chefe da linhagem, mas também como representativas da comunidade que lhe estava politicamente subordinada. Passavam a ser as armas do reino. E, como tal, a exclusividade do seu uso era sinónimo visual do carácter soberano, indivisível e sacramental

Figura 1  
Iluminura das armas do infante D. Duarte, no seu livro de horas.

<sup>18</sup> Desde o príncipe Eduardo (que viria a ser o primeiro do nome a reinar em Inglaterra), no terceiro quartel do século XIII, os herdeiros desta Coroa traziam um lambel de prata, de cinco pendentes; o célebre *Príncipe Negro* (Eduardo, príncipe de Gales, 1330-1376) reduziu o número de pendentes para três. PINCHES, J. H. e R. V. – *The Royal Heraldry of England*. London: Heraldry Today, 1974, pp. 34-35 e 58-60.

<sup>19</sup> Carta que o Infante dom Pedro emujou a el rey de Brujas [1426]. In *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte* (*Livro da Cartuxa*) introdução de A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 27.



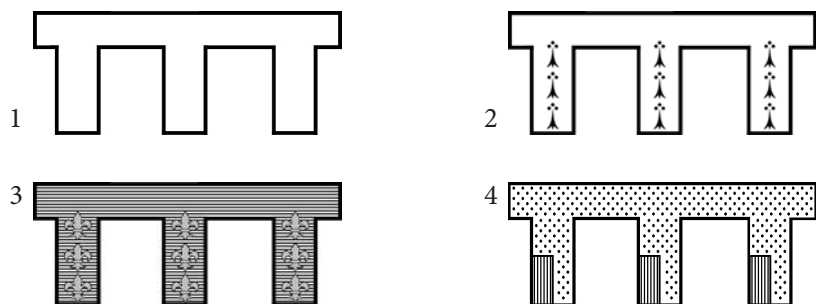


Figura 2

Lambéis de D. Duarte (1), D. Pedro (2), D. Henrique (3) e D. João (4) (desenhos de Humberto Nuno de Oliveira).

da autoridade régia, carácter aliás reforçado pelo significado mítico atribuído às mesmas armas como testemunho do pacto divino que estivera na origem da fundação do reino e da dinastia. Só assim se poderá compreender que a regra não abrisse excepções, nem mesmo para o herdeiro natural e incontestado do trono<sup>20</sup>.

Em segundo lugar, a escolha da diferença própria do herdeiro revelou-se significativa na medida em que, conforme o modelo inglês, se lhe aplicou um princípio de graduação: quanto mais próximo do trono, mais simples a respectiva diferença heráldica. Por isso coube a D. Duarte o banco de pinchar mais elementar: com apenas três pendants de prata – o metal considerado mais puro – e sem qualquer sobrecarga. Naturalmente, os infantes secundogénitos viam-se obrigados a sobrecarregar o lambel, seguindo também nesse processo alguma ordem hierárquica: veja-se que D. Pedro adoptou um lambel igualmente de prata, mas carregado de mosquetas de arminho; D. Henrique, um lambel de azul carregado de flores-de-lis de ouro; D. João, um lambel de ouro carregado de quadrículas de vermelho; e D. Fernando, por último, talvez devido à sua posição derradeira, foi o único a recorrer a outro expediente, substituindo os dois castelos dos ângulos superiores da bordadura por leopardos<sup>21</sup>.

Esta lógica claramente hierarquizada das diferenças da Casa Real continuou a ser seguida ao longo da segunda dinastia, culminando com o surpreendente “ritmo heráldico” dos filhos de D. Manuel I<sup>22</sup>.

Por fim, já fora do escudo propriamente dito, foi também a partir de finais da segunda metade do século XIV que se adoptou o hábito de figurar as armas

<sup>20</sup> Por isso, a doutrina política da época insiste nesta noção de continuidade sem quebra entre rei e príncipe herdeiro, símbolo da perenidade da Coroa. Cfr. HOMEM, Armando Carvalho; BECEIRO PITA, Isabel – Rey y “totalidad nacional” en la obra de don Duarte: en torno a los conceptos de prudencia y consejo. *Hispania* (LXVII – 227) 2007, pp. 109-127.

<sup>21</sup> SEIXAS, Miguel Metelo de; COLAÇO, José Estevéns – *As armas do infante D. Pedro...*

<sup>22</sup> AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de – *Meditações heráldicas*. XIII. Um ritmo heráldico, os lambéis dos filhos de D. Manuel I. *Armas e Troféus*, II série, tomo VI, n.º 1, 1965, pp. 40-43.

reais com a respectiva coroa, eventualmente completada por uma panóplia mais ou menos vasta de outros elementos (como o elmo com paquife e virol, o timbre da serpe alada, os anjos tenentes)<sup>23</sup>. De todos estes elementos, a coroa destacou-se porém por ser o único a representar exclusivamente a dignidade soberana, em plena correspondência com a metáfora política que então se firmava por todo o continente europeu<sup>24</sup>. O conceito de Coroa integrava-se no de identidade colectiva tanto a respeito de naturalidade, como de território e de comunidade; tal conceito, baseado embora em raízes mais antigas, assumiu-se como fundamental no período tardo-medieval, projectando-se depois para toda a Idade Moderna. Como resume Nieto Soria, o conceito de Coroa integrava a ideia de transpersonalização da dignidade régia para além da existência do seu titular ocasional; a Coroa tornava-se assim na verdadeira titular da propriedade inalienável que se identificava como património do rei, do mesmo modo que era titular do corpo do reino, evidenciando superioridade em relação a cada um dos seus membros – inclusive o próprio rei. A Coroa abarcava pois o conjunto de direitos e privilégios reais indispensáveis para o governo do corpo político, simbolizando este mesmo corpo político e a sua vocação de perpetuidade, em aplicação do princípio segundo o qual *corona non moritur*<sup>25</sup>.

Este simbolismo político e metafórico da coroa veio a conferir-lhe protagonismo em relação aos demais elementos exteriores ao escudo nas armas reais. Com efeito, acabou por se tornar recorrente a figuração do escudo encimado somente pela coroa, forma acutilante de exprimir inequivocamente, no plano visual, o binómio *rei de Portugal*. Deste modo, o conjunto escudo-coroa constituía um retrato alegórico do rei de Portugal, sobretudo no sentido de fornecer uma imagem concreta desta dignidade e função<sup>26</sup>.

Em consequência do sucesso da imagem visual da realeza formada pela conjugação escudo-coroa, verificou-se por emulação a tendência para os demais membros da Casa Real adoptarem também algum género de coroa, porém tendo o cuidado de que esta fosse nitidamente distinta da régia. Tal como se pode observar

<sup>23</sup> Para uma visão geral deste processo, cfr. LIMA, João Paulo de Abreu e – *Armas de Portugal. Origem. Evolução. Significado*. Lisboa: Inapa, 1988, pp. 130-135; e SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – A pedra de armas do paço dos alcaides-mores de Óbidos: uma memória heráldica. In *Actas do II Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*. Arcos de Valdevez, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2011, pp. 141-143.

<sup>24</sup> DEVEIKÉ, Jone – La notion de couronne royale en Europe à l'époque des Rois Catholiques. In *Fernando el Católico. Pensamiento político, política internacional y religiosa, V Congreso de Historia de la Corona de Aragón*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1956, pp. 25-43.

<sup>25</sup> NIETO SORIA, José Manuel – Corona e identidad política en Castilla. In JARA FUENTE, José Antonio; MARTIN, Georges; ALFONSO ANTÓN, Isabel (Coord.) – *Construir la identidad en la Edad Media. Poder y memoria en la Castilla de los siglos VII a XV*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2010, pp. 183-208.

<sup>26</sup> Cfr. HABLOT, Laurent – Emblématique et discours allégorique à la fin du Moyen Age. In HECK, Christian (dir.), *L'Allégorie dans l'art au Moyen Age : formes et fonctions, héritages, créations, mutations*. Tournhout, Brepols, 2011, p. 307

nos túmulos da Batalha, em que os infantes usam uma coroa floral, ornamentada ao centro com uma rosa, de contornos inconfundíveis em relação à coroa real. Mais uma vez, o código heráldico servia para exprimir simultaneamente a comunhão e a hierarquia. Numa metáfora visual da cadeia de benfeitorias virtuosas, cimento da sociedade.

Entre os elementos que podiam complementar a mensagem heráldica das armas da dinastia real, para além das coroas, contavam-se ainda outros, de natureza radicalmente diferente de tudo quanto se vira, até então, em Portugal. Tratava-se das empresas. Estas surgiram a partir do século XIV com o desígnio de ultrapassar algumas limitações do sistema heráldico, nomeadamente as que se prendiam não só com uma certa rigidez das regras de concepção e transmissão das armas, mas também com o facto de a armaria ter passado a funcionar, essencialmente, como um meio de identificação e de afirmação de instituições, dinastias, famílias, e não tanto de indivíduos. As empresas surdiram precisamente como contraponto dessas lacunas heráldicas: assumiam, desde logo, uma forma mais liberta, não sendo sujeitas a qualquer regra de estilização, de proporções, de limitação de cores ou de figuras; e, de modo geral, correspondiam a uma escolha pessoal, indicativa de determinado escopo de vida ou lembrança de uma circunstância que o utente considerava relevante<sup>27</sup>.

Não obstante estarem, pela sua natureza, carregadas de mensagens e valores pessoais, algumas empresas têm de ser lidas também dentro do contexto dinástico em que são geradas. De uma forma geral, o seu estudo afigura-se problemático e mesmo arriscado, tendo em conta o perigo de leituras simbólicas anacrónicas, infelizmente tão comuns. Para evitar tal escolho, é mister integrar cada empresa no contexto sociocultural da sua época e, se possível, estabelecer uma relação directa com o que sabe acerca do indivíduo que a adoptou – e, em alguns casos, acerca da respectiva família.

As empresas afirmaram-se, de certo modo, como emblemática complementar à heráldica, na medida em que resultaram, em parte, da insuficiência desta no que respeita à expressão de tenções individuais, libertas de condicionantes rígidas na sua formatação, na sua estilização, na sua escolha e na sua transmissão. Deste modo, as empresas permitiam uma liberdade incomparavelmente maior, quer no que toca à escolha dos seus componentes (tanto figuras como cores, como ainda palavras), quer à sua representação diversificada. Na verdade, deve salientar-se a volubilidade das figurações de empresas, em contraponto à relativa rigidez das figurações heráldicas.

Assim, as empresas permitiam estabelecer, muito mais que as armas, uma relação íntima dos emblemas do príncipe com a cultura em circulação na sua corte,

<sup>27</sup> Para uma visão geral do fenómeno das empresas e da sua relação com o poder régio ou principesco, veja-se HABLOT, Laurent – *La devise, mise en signe du prince, mise en scène du pouvoir : les devises et l'emblématique des princes en France et en Europe à la fin du Moyen Age*. No prelo.

em especial com a literatura cavaleiresca, moralizadora e especular. Serviam também para estabelecer a ligação da emblemática principesca com um programa de afirmação de identidade dinástica e de propaganda régia<sup>28</sup>. Daí a representação conjunta de armas e empresa, e de armas com algum elemento da empresa. Começam assim a conjugar-se, nas armas, três níveis semióticos: o escudo como elemento identificativo e simbólico; os elementos exteriores como representação da dignidade social; e a empresa como personalização e ligação ao universo moral e de imagem dinástica. A empresa personaliza a mensagem heráldica, ao mesmo tempo que a introduz no universo de profusas correspondências simbólicas tão características da cultura de corte tardo-medieval. Permite, mais além, a irrupção de variadíssimos códigos de relações analógicas em múltiplas manifestações concretas, com incidências que vão desde o vestuário (as cores das librés) até à literatura (em particular os romances de cavalaria).

Em Portugal, as empresas surgiram por via de D. João I, correspondendo, em simultâneo, a uma importação de hábitos ingleses directamente inspirados pela progénie de D. Filipa de Lencastre (mas comuns à cultura ibérica coeva, tanto nas Coroas de Castela como de Aragão e Navarra<sup>29</sup>), e a uma forma emblemática e visual de afirmação da nova dinastia<sup>30</sup>. É interessante notarmos, a esse respeito, como os motivos presentes na emblemática de D. João I e de sua mulher forneceram a base para todas as empresas posteriores, tanto do ponto de vista simbólico (repare-se na recorrência das figurações de rosas, de dupla inspiração, mariana – já presente no loudel com que D. João combateu em Aljubarrota – e plantageneta ou, mais especificamente, lancastriana), como formal (atente-se na escolha das cores azul e vermelha, e de tipologias das figuras, em particular a preferência pelas formas vegetais, neste caso o pilriteiro). As empresas são, portanto, encaradas como forma de propaganda pessoal do rei mas também de coerência da sua dinastia posta ao serviço de determinados ideais religiosos e políticos.

Neste sentido, muito mais que a heráldica, as empresas permitiam estabelecer a ponte com o universo da cultura cortesã, tanto na sua dimensão cavaleiresca, como no seu aspecto de cultura moralizadora e mesmo da reflexão filosófica. Pode afirmar-se, portanto, que as empresas formavam uma importante vertente estética do projecto político da dinastia de Avis. Não apenas como ilustração, mas como

<sup>28</sup> HABLLOT, Laurent – Le double du prince. Emblèmes et devises à la cour : un outil politique. In GAUDE-FERRAGU, Murielle ; LAURIOUX, Bruno ; PAVIOT, Jacques (dir.) – *La cour du prince. Cour de France, cours d'Europe, XIIe-XVe siècle*. Paris : Honoré Champion, 2011, pp. 281-299.

<sup>29</sup> Cfr. MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Heráldica de la Casa Real de León y Castilla (siglos XII-XVI)*. Madrid: Ediciones Hidalguía, 2011, *passim*.

<sup>30</sup> Para uma bibliografia das empresas portuguesas, veja-se SEIXAS, Miguel Metelo de – Bibliografia de heráldica medieval portuguesa. In IDEM; ROSA, Maria de Lurdes (coord.) – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa, Instituto de Estudos Medievais (FCSH/UNL) / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos (ULL) / Caminhos Romanos, 2012, pp. 555-556.

instrumento concreto de representação e de activação visual desse mesmo ideário.

No caso de D. Duarte, os exemplares conhecidos são escassos, mas permitem conclusões interessantes. A empresa é constituída por uma componente vegetal, a hera, que ora aparece disseminada na sua vertente de trepadeira, ora forma duas capelas enroscadas uma na outra; e por uma componente escrita, que tem suscitado algumas leituras polémicas. As primeiras tentativas de decifração, de frei Luís de Sousa e de D. frei Francisco de São Luís (cardeal Saraiva), entre outros, viram na mensagem um texto em grego, o que levou estes estudiosos a interpretações tão eruditas quão fantasiosas<sup>31</sup>. Deve-se a Carolina Michaëlis de Vasconcelos a refutação daquela que chamou de *these grega* e a indicação do caminho a seguir para a compreensão da empresa, na qual identificou uma legenda escrita em português, evidenciando a sua coerência com um corpo que igualmente reconheceu – uma tenaz – e com a abundante representação da hera; a autora, porém, julgou pertencer esta empresa ao rei D. Manuel I, o promotor da obra do pórtico das capelas imperfeitas da Batalha, onde a escritora havia meticulosamente observado o emblema<sup>32</sup>. Este equívoco foi prontamente desfeito por Brito Rebelo ao assinalar que havendo

*“tão minuciosas noticias de D. Manuel, nunca ninguém lhe mencionou outra divisa se não a da esfera, nem sequer se falou da planta simbolica, que acompanha aquellas inscrições, como usada, uma vez que fosse por aquella monarcha”*<sup>33</sup>.

Recordando este autor que a construção das capelas imperfeitas do mosteiro da Batalha havia sido iniciada por D. Duarte e salientando que eram conhecidas as divisas de todos os seus irmãos, Brito Rebelo não deixou de se admirar

*“como, aos diversos escritores que tem versado o assunto, não ocorresse que entre os membros daquela familia falta um, cuja divisa se não menciona em autor coetaneo, sendo o segundo genito de D. João I, o mais velho dos sobreviventes, o primeiro em consideração social, e que lhe succedeu no throno, D. Duarte”*.

Brito Rebelo concordou com Carolina Michaëlis no afastamento da hipótese da

<sup>31</sup> A leitura dada por estes autores é a de *tāyas erey* ou *tanyas erey*, palavras com o sentido de *Buscai! Inquiri novas regiões e climas*, ou, como escreve o Cardeal Saraiva, “allusivas ao empenho de indagar novos e remotos paizes, que era o que então occupava os cuidados do Monarca, e a attenção e curiosidade dos Portuguezes”. Cfr. SARAIVA, Cardeal (D. Francisco de S. Luiz) – Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria, chamado vulgarmente da Batalha. In CALDEIRA, Antonio Correia (Ed.) – *Obras Completas do Cardeal Saraiva (D. Francisco de S. Luiz) Patriarcha de Lisboa precedidas de uma introdução pelo Marquez de Rezende*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1872, tomo I, pp. 299-302.

<sup>32</sup> A erudita escritora viu no y-grego estilizado que separa as duas partes da legenda aquilo que considerou poder ser “a parte figurativa da empresa”, ou seja, a “imagem de um instrumento vulgar, utilizado nas industrias populares: a *tenaz* ou *tanaz* (...), composta de duas peças de ferro, mais ou menos recurvas e unidas por um eixo”. Em suma, Carolina Michaëlis de Vasconcelos leu a expressão *tanaz ferey*, escrita na língua pátria, considerando que, deste modo, o corpo e a alma da empresa se articulavam perfeitamente com as heras, “symbolo inequivoco da constancia, fidelidade, firmeza, ambição e *tenacidade*”. VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de – *As Capellas Imperfeitas e a Lenda das devisas gregas*. In *Batalha. Convento de Santa Maria da Victoria*. Porto, Fernando Brütt e Cunha Moraes – Editores, s.d., sem indicação de páginas (separata de *A Arte e a Natureza em Portugal*).

<sup>33</sup> REBELLO, J. I. de Brito – *A Divisa d’El-Rei D. Duarte nas capellas imperfeitas da Batalha*. Porto, s.n., 1905, p. 3.

legenda da empresa em causa se encontrar escrita em grego, mas repudiou a ideia da figuração da tenaz e apontou antes para a sua redacção em francês, em coerência com o que era prática nos demais membros coetâneos da dinastia de Avis. A legenda da empresa de D. Duarte é, por conseguinte, no seu entender, *tant que serai*, composição posteriormente adulterada pelos canteiros da obra da Batalha.

De salientar que Brito Rebelo sugeriu igualmente a hipótese da legenda da empresa duartina ser ainda mais complexa, contendo

*“uma primeira parte, ou tenção a que respondia o – tant que serai (...). Neste caso as taes inscrições diriam – leauté ferai ou j'aurai – a que respondia o resto da divisa – tant que serai, isto é: serei leal ou guardarei lealdade em quanto existir”*<sup>34</sup>.

Santos Ferreira, por seu lado, procurou sintetizar as leituras possíveis do seguinte modo<sup>35</sup>: o núcleo central da empresa é formado pela frase “tan ya serey” (enquanto eu for) ou “tan yaserey” (enquanto jazerei), sempre contida entre ramos de hera, que por vezes formam duas capelas entrelaçadas; ao passo que outras manifestações mais raras apresentam, em complemento à primeira, a letra “leaute feray” (obrarei com lealdade), interpretada por alguns como “leau te staray” (leal te ficarei).

Contudo, a figuração da empresa no *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, inquestionavelmente coeva ou pelo menos próxima da vida do rei, como adiante se verá, traz a letra “tanc que seray”; o que se coaduna com as fontes consultadas por Brito Rebelo e com o que Henrique de Avelar e Luiz Ferros apontam como formulação mais certa<sup>36</sup>. De onde se deduz que as ornamentações do portal batalhino, de feitura manuelina, terão esbarrado com alguma dificuldade na leitura e transcrição do mote original, produzindo uma derivação que não parece voluntária, mas sim fruto de incompreensão da mensagem original. Solicitámos a Laurent Hablot uma leitura epigráfica dos exemplares do portal das capelas inacabadas, com os seguintes resultados, que lhe agradecemos:

- para a parte mais repetida da letra, a fórmula “TAYA/SEREY” apresenta amiúde um “o” subscrito no segundo “a”, além de um til no primeiro, apontando pois para a leitura “TAN YOA SEREY”, no sentido eventual de *tant joie seray* (tanta alegria terei);

- quanto à parte mais invulgar da letra, a leitura afigura-se problemática: a primeira palavra tanto se pode ler “LEAULE” (*loyal*, leal) como “LEAUTE” (*loyauté*, lealdade) ou ainda “LEAULTE” (*loyalement*, lealmente); em seguida, isolado, um i longo ou um L; e depois “SARAY” (serei) ou “FARAY” (farei).

<sup>34</sup> IDEM – *Ibidem*, p. 7.

<sup>35</sup> FERREIRA, G. L. Santos – A tenção de D. Duarte. Separata do *Boletim da Real Associação dos Archeologos Portuguezes*. Lisboa, 1910.

<sup>36</sup> AVELAR, Henrique de; FERROS, Luís – As Empresas dos Príncipes da Casa de Avis. In *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento*. «O Homem e a Hora são um só». A Dinastia de Avis. Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1983, pp. 227-245.



O que, se quisermos garantir coerência ao conjunto, permite duas leituras: “LEAULE L SARAY” (*loyal je le serai*, ou seja “serei leal”) ou “LEAULE L SARAY” (*je le ferai loyalement*, ou seja “obrarei lealmente”).

Independentemente da leitura exacta, o sentido geral parece girar indiscutivelmente em redor da dupla ideia da permanência e da lealdade. A ligação da letra à componente vegetal afigura-se, portanto, evidente, uma vez que a hera é tida como planta imorredoura, por se manter sempre verde e rediviva. Além das componentes vegetal e textual, a empresa compreende ainda uma dimensão cromática, patente na iluminura de um códice da *Virtuosa Benfeitoria*, que permite perceber que as letras eram figuradas em fundo vermelho, com a hera, naturalmente, de verde, de forma a salientar a sua adequada identificação e leitura simbólica.

Um terceiro elemento, importante e até agora inédito, foi-nos revelado por João Vaz, a quem prestamos público agradecimento. Até ao presente, a sala dita dos brasões ou dos veados do paço real de Sintra tem suscitado, a justo título, a curiosidade dos heraldistas portugueses, por apresentar um dos mais ricos e monumentais conjuntos de heráldica existentes em Portugal. Não obstante a atenção dos estudiosos, a presença marcante de oito veados – que preenchem os enormes medalhões oitavados da cúpula e dão nome à sala, servindo também de separadores entre as armas da dinastia real e as das famílias da nobreza – tem permanecido envolta em mistério: são decepcionantes as explicações genéricas fornecidas até agora para uma figuração tão dominante. Ora, num desenho aguarelado destinado a servir de modelo para um serviço de louça do mesmo paço de Sintra (que, tanto quanto sabemos, não chegou a ser realizado), o listel enrolado nas hastes do veado encontra-se ainda carregado com a legenda que os desastrosos restauros da segunda metade do século XIX entretanto apagaram. Trata-se da frase TAN YA SEREY, com grafia semelhante à da empresa duartina figurada no portal manuelino das capelas inacabadas da Batalha.

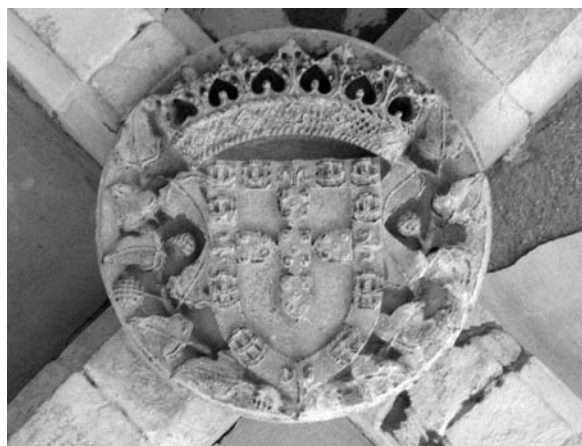


Figura 3

Modelo de decoração para um serviço de louça do paço de Sintra, com um veado e listel carregado da legenda Tan Ya Serey (desenho aguarelado da autoria de Enrique Casanova; cortesia do Palácio Nacional da Ajuda/Direcção-Geral do Património Cultural).

Assim, pode inferir-se que estas duas realizações arquitectónicas de alto valor simbólico – o panteão régio e o monumental armorial do reino – se encontravam, para D. Manuel I, colocadas sob a invocação comum de seu avô, o rei D. Duarte. O paralelismo entre estes dois espaços-chave da mitologia manuelina revela-se fundamental para a compreensão integrada de ambos – e das próprias configurações da memória e identidade régia no dealbar da Modernidade. Mas interessa-nos sobretudo, no presente estudo, explorar as ilações de semelhante descoberta para a emblemática de D. Duarte.

A possibilidade de o veado formar o corpo da empresa de D. Duarte afigura-se fascinante essencialmente por dois motivos. O primeiro reside no evidente elo que assim se constitui entre a empresa deste rei e a do seu irmão imediato,



o infante D. Pedro: na medida em que o veado era entendido, na época, como símbolo de justiça, a dúplice figuração das suas empresas na portada do *Livro da Virtuosa Bemfeitoria* ganha assim um acrescento de coerência (lembramos que o corpo da empresa do infante era a balança, e a sua erva o carvalho, ambos igualmente ligados à representação da justiça<sup>37</sup>). Deste modo, sai reforçada a ideia de coerência interna do conjunto de empresas da dinastia de Avis, que ganham em ser lidas em consonância umas com as outras. A justiça como essência própria da função régia constitui consideração presente em muitos escritos

Figura 4

Pedras de fecho com as armas reais e a empresa de D. Duarte, no mosteiro da Batalha (fotografias de Humberto Nuno de Oliveira).

<sup>37</sup> SEIXAS, Miguel Metelo de; COLAÇO, José Estevéns – *As armas do infante D. Pedro...*

Figura 5

Pedra de armas da rainha D. Leonor, mulher de D. Duarte, no mosteiro da Batalha.



do rei D. Duarte<sup>38</sup>; essa mesma ideia continuou a exprimir-se nas empresas da dinastia de Avis, voltando a ocupar um lugar central, por exemplo, nas de D. João II e D. Leonor<sup>39</sup>.

O segundo motivo por que o veado constitui uma descoberta sugestiva liga-se às implicações simbólicas e literárias que tal escolha permite descortinar. Os reis de França elegeram o veado como a sua empresa dinástica mais constante, sobretudo em ligação com os espaços de exercício ou

invocação da justiça, desde o segundo quartel do século XIV até meados do século XVI<sup>40</sup>. Como assinala Colette Beaune, a escolha desta empresa ligou-se com o impacto de uma lenda difundida pela *Demanda do Santo Graal*: Galaaz encontra na floresta negra um veado branco que quatro leões levavam em direcção a uma capela; no santuário, o veado transmuta-se em Cristo vitorioso da morte e rei deste mundo, enquanto os quatro leões por sua vez se transformam nos quatro Evangelistas. A capacidade de renovação do mesmo emblema traduz assim a continuidade do rei, que nunca morre, como era também propriedade do veado<sup>41</sup>. Inscrito deste

<sup>38</sup> Cfr. GAMA, José – *A Filosofia da Cultura Portuguesa no Leal Conselheiro de D. Duarte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995. D. Duarte consignou no seu *vademecum* uma “Oração do Justo Juiz”, por ele traduzida do latim, que começa da seguinte forma: “Justo Juiz iesu christo / Rey dos reis e bom senhor”, estabelecendo assim uma ligação directa entre Cristo e a condição régia, por via do exercício da justiça. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)* (introdução de A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias). Lisboa: Editorial Estampa, 1982, pp. 242-244.

<sup>39</sup> SEIXAS, Miguel Metelo de – As armas e a empresa do rei D. João II..., cit., pp. 46-82; e SEIXAS, Miguel Metelo de, GALVÃO-TELLES, João Bernardo – As insígnias do pelourinho de Óbidos. Subsídios para a compreensão da emblemática da rainha D. Leonor. In VARELA, Alexandra (coord.) – *Casa Perfeitíssima. 500 Anos da fundação do Mosteiro da Madre de Deus*, Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, 2009, pp. 23-38.

<sup>40</sup> Como por exemplo na pedra de armas do palácio de justiça da cidade de Rouen, onde tais cervos serviam de suportes do escudo das armas reais francesas. PINOTEAU, Hervé – *La symbolique royale française. V<sup>e</sup> – XVIII<sup>e</sup> siècles*. La Roche-Rigault: PSR, 2003, pp. 470 e 752.

<sup>41</sup> BEAUNE, Colette – *Le miroir du pouvoir* (introduction de François Avril). Paris: Banque Nationale de Paris / Editions Hervas, 1989, pp. 151-164.

modo, em simultâneo, como referência bíblica, cristológica e arturiana, o veado era plenamente assumido como símbolo da sacralidade e da perenidade da função régia. Nesta segunda vertente, o veado estabelecia ligação directa com a planta da empresa duartina, também ela representativa da ideia de permanência, e, naturalmente, com a letra “TANC QUE SERAY”.

O entendimento da empresa de D. Duarte remete portanto para a tónica da perseverança nas boas intenções, dentro do quadro de referência moral definido pelos valores do cristianismo, caldeados pela filosofia política e pela espírito de cavalaria coevos, e para a ideia da sacralização do ofício régio. Neste sentido, a empresa duartina dá continuidade à paterna, igualmente formada por um vegetal – o pilriteiro –, pela letra moralista “por bem” ou “pour bien” e pelas cores azul e vermelho<sup>42</sup>. Mas a mensagem da empresa de D. Duarte ramifica-se para além da continuidade paterna. Em primeiro lugar, pela inédita figuração em conjunto com as armas reais, permitindo assim uma sugestiva dupla leitura: a da personalização da heráldica régia (as armas enquadradas pela hera representam não apenas *um* rei de Portugal, em sentido abstracto, mas *aquele* rei de Portugal, em sentido concreto); e a da associação da mensagem subjacente à empresa – a permanência – à entidade representada pelas armas, fornecendo portanto uma representação visual da teoria dos dois corpos do rei, e da perpetuação dinástica.

As ligações formais e simbólicas não se quedam contudo por aí. Como seria expectável, a empresa de D. Duarte estabelece uma relação privilegiada com a da rainha sua mulher, patente nas pedras de armas em que ambas figuram a ladear o escudo: de um lado, a hera, do outro, a esteva. No actual estado de conhecimentos, não possuímos, infelizmente, elementos suficientes para ir mais longe na interpretação desta leitura conjunta. À partida, a interpretação proposta por Santos Ferreira, segundo a qual a empresa exprime a lealdade mútua do casal régio na vida e na morte, não é de descartar, embora careça de mais elementos comprovadores. Na verdade, o modelo fornecido por D. João I e D. Filipa mostrava tal complementaridade, aliás igualmente patente nos demais casais formados pela sua descendência, quase sem excepção.

Mas essa ligação privilegiada entre as empresas do casal régio não exclui, de modo algum, uma comunhão mais vasta com os emblemas dos demais membros da dinastia, em particular os outros filhos de D. João I. Comunhão formal, facilmente observável pela similitude de recursos figurativos, como as plantas a alastrarem ou a formarem capelas, ou a conjugação destas com as letras e as armas. Mas também comunhão programática, uma vez que todas se inscrevem em idêntico desígnio de forte componente moralizadora. Por vezes, o grau de semelhança é espantoso, como

<sup>42</sup> PAÇO D'ARCOS, Isabel – O pilriteiro, empresa de D. João I. *Tabardo*, 2006 (3), pp. 57-66.

entre a empresa de D. Duarte, *tanc que seray*, e a de sua irmã D. Isabel, duquesa de Borgonha, *tanc que je vive*.

Neste campo, é de salientar a actuação de D. Duarte como um dos principais intervenientes no que se poderá chamar de construção duma propaganda dinástica da Casa de Avis. Tal construção envolveu a cuidadosa projecção do fundador como figura heróica e providencial, patente nos cuidados com que se estabeleceu a sua relação com a esfera divina. Note-se, em particular, as responsabilidades de D. Duarte na forma como se construiu e difundiu o relato da morte exemplar do seu pai, bem com as suas solenes exéquias:

*“Se atrás de D. João I se encontra a sua família, se a sua memória é também memória da dinastia, então o rei santo santifica a dinastia, o rei exemplar exemplariza a dinastia, isto é, a morte do rei transforma-o em ponto de referência da morte em toda a família real.”*<sup>43</sup>

O exemplo de D. João I, no entanto, não era entendido como isolado, mas sim como inspirador de um comportamento dinástico. Neste sentido, as empresas de todos os seus filhos – e, estamos convencidos, de todos os seus descendentes até ao século XVI – partilham de um ideal comum e, de certo modo, perpetuam e glosam a mensagem inicial, formando uma espécie de responso dinástico.

O rei D. Duarte terá manifestado, nessa continuidade, uma actuação emblemática de extraordinária riqueza. Com efeito, a empresa deste monarca deve enquadrar-se na sua produção de reflexões teóricas e práticas sobre o ofício de reinar e sobre a condição principesca. Não apenas o *Leal Conselheiro*, mas também o *Livro da ensinança de bem cavalgar toda a sela* e, em certa medida, o *Livro dos Conselhos*, constituem, como já aqui foi explanado e repetido, um fulgurante exemplo de literatura especular. Ora, os espelhos de príncipes veiculavam precisamente uma imagem antropomórfica da sociedade “concebida como um grande organismo colectivo, cujo funcionamento e equilíbrio se garantia pela cooperação – autónoma mas coerente – de todos os seus membros”<sup>44</sup>. Os espelhos eram *manuals de governação*, englobando uma educação simultaneamente religiosa, moral e intelectual, mas também, amiúde, aspectos de exercitação física e exercícios administrativos. Tudo com um intuito claro:

*“Ao assumir o Poder, que se transformava, por acção da sua origem divina, numa verdadeira missão, a realeza deveria reconhecer como suas finalidades principais a construção da paz e a prática da justiça, a bem da comunidade.”*<sup>45</sup>

O rei, centro e modelo da sociedade, tinha o dever de servir de espelho virtuoso para os seus súbditos, os quais reflectiam, de forma gradual porque hierarquizada, o

<sup>43</sup> FONSECA, Luís Adão da – A morte como tema de propaganda política na historiografia e na poesia portuguesa do século XV. *Biblos*, 1993 (LXIX), p. 521.

<sup>44</sup> MONTEIRO, João Gouveia – Orientações da cultura da corte na 1.ª metade do século XV (A literatura dos Príncipes de Avis). *Vértice*, 1988 (II-5), p. 92.

<sup>45</sup> IDEM, *Ibidem*. p. 93.



comportamento do seu supremo senhor. Daí a importância não apenas de ter uma conduta exemplar, mas de a evidenciar e difundir. Um dos veículos dessa difusão era a escrita, a qual, embora pudesse garantir uma certa projecção no futuro, seria sempre apenas compreensível por poucos. Outra forma de transmissão era a expressão emblemática, cuja natureza pressupunha um considerável impacto visual e que poderia ter um alcance muito mais abrangente que a simples mensagem escrita.

Algumas das manifestações plásticas da empresa duartina perderam-se, uma vez que não ficaram registadas. Mas não se pode duvidar de que o pendão do rei exibiria a sua empresa em expedições, paradas e marchas, tal como aconteceu com o seu antecessor directo e os seus sucessores; e é possível que ela marcasse visualmente os rituais cívicos e religiosos de consagração da monarquia (casamentos, lutos, celebrações de vitórias, procissões periódicas, torneios).

Uma das formas mais intensas de propaganda régia era, porém, a numária. Quer pelo carácter exclusivamente régio que o *jus monetæ* sempre teve em Portugal (abstraindo da polémica amoeção do arcebispo de Braga no primeiro reinado), funcionando pois como manifestação de poder soberano, quer pela possibilidade que a moeda oferecia de imprimir um diversificado conjunto de imagens colocadas, por via da circulação monetária, ao alcance dum número elevado de utentes. Neste capítulo, o rei D. Duarte assumiu um protagonismo notável, uma vez que desde o



reinado de D. Pedro I que a moeda emitida pelos reis de Portugal vinha sofrendo sistemáticas depreciações, que se traduziam na corrupção do teor das ligas em que eram cunhadas. Ora, D. Duarte inverteu tal situação, emitindo boa moeda quer de ouro, quer de prata, o que permitiu a recuperação da respeitabilidade monetária. A moeda de prata foi, precisamente pelo carácter autêntico garantido pela pureza da sua liga, apelidada de *leal*. Também por esta via se exprimia, portanto, a intenção moralizadora e exemplar do monarca, neste caso aplicada à natureza intrínseca

Figura 6

A hera, empresa de D. Duarte, a circundar a imagem de Santa Catarina, no seu livro de horas.



do principal agente de troca, e não à sua natureza visual. A metáfora não perdia por ser recôndita, antes ganhava em profundidade.

Como, porém, a sociedade era entendida de forma intrinsecamente hierárquica, a mensagem doutrinal e ética emanada do rei destinava-se, em primeira mão, ao



Figura 8

As empresas de D. Duarte e de D. Pedro no exemplar viseense do Livro da Virtuosa Benfeitoria.

Figura 7

A empresa de D. Afonso V num pormenor de uma das tapeçarias de Pastrana.



círculo daqueles que o rodeavam, formando a corte. Os cortesãos tratariam, por sua vez, de difundir o exemplo superior pelas camadas inferiores, numa propagação diferida que se filiava directamente no modelo teórico das emanações neo-platónicas. Daí a insistência de D. Duarte no conceito de lealdade, de permanência do rei numa linha de conduta moral literalmente exemplar. Quando se percorre as páginas do *Leal Conselheiro*, verifica-se que o tema da lealdade constitui a coluna vertebral de todo o texto ou que se pode mesmo considerar, como assinala Pedro Calafate, “como o «método» de pensamento do nosso rei, pois que «lealmente é todo escrito»”.

Pelos mesmos motivos, as manifestações da empresa de D. Duarte encontram-se em registos destinados ao público cortesão:

- no seu livro de horas, onde a hera forma a cercadura da imagem de Santa Catarina. É possível estabelecer uma ligação entre esta imagem e a adopção de empresa por D. Afonso V, com assinaláveis elementos comuns: antes de mais, a mesma cor – o vermelho; mas também o tema da roda que, no caso do filho, tomou a forma de rodízio em vez da roda de navalhas; e por fim o mesmo princípio moral de fundo, referente à ideia da permanência, que com D. Afonso V se expressa pela negativa *Jamais*. Acresce que o veado, presente como vimos na emblemática atribuída a D. Duarte e igualmente usado como empresa pelos reis de França, era neste último caso por vezes acompanhado pela letra “JAMAIS” – que é também a alma da empresa de D. Afonso V...

- na iluminura da *Crónica* de Rui de Pina, cuja existência nos foi comunicada por Pedro Flor, a quem agradecemos tal informação; é nossa opinião que esta manifestação tardia poderá ter sido contaminada por aduções posteriores (como sucedeu com a empresa de D. João II na respectiva crónica, da mesma autoria), devendo contemplar-se com cuidado a presença das capelas de carvalho a envolver o mote parcialmente delido);

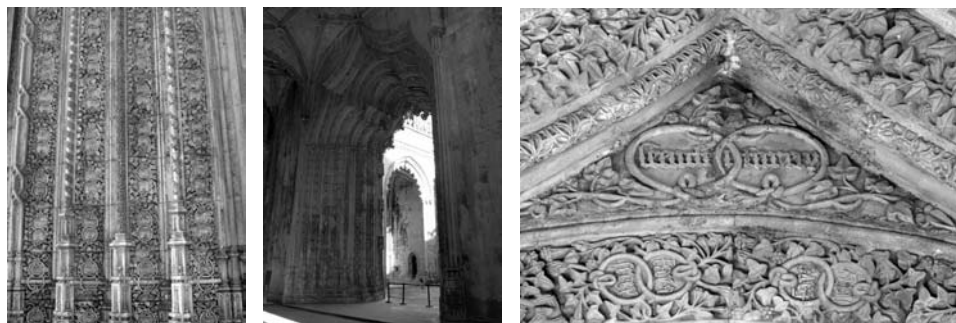
- no exemplar viseense do *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, cuja figuração é verdadeiramente reveladora do diálogo entre as empresas de D. Duarte e de D. Pedro: a balança deste ocupa a capitular, sendo encimada pela dupla capela de hera daquele. Conhecendo o teor da obra, a mensagem é inequívoca: pela perseverança “em seus bons propositos e detrymações”, o príncipe estabelece um modelo comportamental para os seus súbditos, permitindo assim que a justiça impere e que se forme a cadeia de “virtuosas benfeitorias”. Note-se como as empresas, embora complementares, se encontram elas próprias hierarquizadas, com a do primogénito a sobrepor-se à do irmão segundo – e com o tema comum da justiça a uni-las.

- no panteão de Nossa Senhora da Vitória, por fim, como forma de afirmação da continuidade dinástica, é certo, mas também de projecção pessoal de D. Duarte, uma vez que este rei determinou a construção de novas capelas funerárias, hoje ditas imperfeitas por nunca terem sido completadas. Não caberia no presente trabalho a narração das vicissitudes variadas que acabariam por ditar a incompletude do projecto funerário de D. Duarte. Saliente-se, contudo, o interesse de que o estudo de semelhantes digressões se podem revestir, como fica patente na análise levada a cabo por Catarina Fernandes Barreira no presente volume. Em muitos casos, as pedras batalhinhas apresentam apenas o corpo da empresa, a hera, a envolver o escudo das armas reais (com respectiva coroa); por vezes, a hera é completada pela esteva florida da rainha D. Leonor, assinalando assim a complementaridade das empresas do casal régio, ainda por estudar adequadamente.

A empresa de D. Duarte estaria porém destinada a uma última manifestação póstuma, verdadeiramente surpreendente. Trata-se daquela que ornamenta o portal que o rei D. Manuel I mandou erguer na entrada da capela funerária cuja construção fora iniciada por aquele seu avô. O propósito de tal obra é límpido: relembrar e enaltecer aquele que, sendo o primeiro monarca na ascendência directa de D. Manuel, lhe havia transmitido os seus direitos sucessórios à Coroa. É possível que D. Manuel tivesse acalentado o projecto de dar continuidade ao esforço construtivo do avô, erguendo por trás da capela--mor da igreja fundada por D. João I um panteão próprio daquele ramo segundo da Casa de Avis. A presença da empresa de D. Duarte no portal manuelino das capelas imperfeitas inseriu-se portanto, de forma marcante, no duplo desígnio de expressão pessoal e dinástica que havia originalmente caracterizado o seu uso.

Figura 9

A empresa de D. Duarte, profusamente presente no portal das capelas imperfeitas no mosteiro da Batalha.



Mas assumiu, nesta derradeira aplicação, uma expressão estética espantosa: no topo do portal, figuram três conjuntos de duplas capelas com a primeira parte da alma da empresa, *leaute fery* ou *leau te staray*, e daí para baixo a hera invade tudo, em rendilhados de evocação moçárabe, “cujos caules se enleiam e abraçam, centenares de vezes, em forma de nó duplo, daquela feição particular a que os arautos de França chamavam *lacs d’amour*”, deixando então transparecer a segunda parte do lema, *tan ya saray*<sup>46</sup>. O efeito é o de uma autêntica litania visual.

Em conclusão, saliente-se o papel, até agora tão menosprezado, que o rei D. Duarte teve na organização da heráldica enquanto discurso visual associado a um modelo social e comportamental de transição da Idade Média para a Moderna. A heráldica tornou-se num veículo privilegiado de auto-representação e de comunicação ao serviço da Coroa e do novo paradigma nobiliárquico. Do ponto de vista dinástico, tal discurso organizou-se como forma visual de propaganda, caracterizando-se pela sua complexidade temática e plástica. A heráldica e a emblemática régias estabeleceram-se, assim, como exibição e manifestação visual dos fundamentos da legitimidade do poder: não apenas os genealógicos, mas também aqueles que se baseavam nos modelos comportamentais transmitidos pela literatura moralizante, cavaleiresca e especular cultivada na corte. Nesse sentido, a heráldica e a emblemática do rei D. Duarte surgem como instrumentos privilegiados da propaganda dinástica e da cultura de corte, inserindo-se no âmbito mais vasto dos sinais visuais da Casa de Avis e, bem assim, das demais dinastias com as quais a linhagem portuguesa mantinha relações de proximidade. É tempo de voltar a tentar compreender tais sinais, até pela luz que eles poderão lançar sobre os usos heráldicos e emblemáticos posteriores.

<sup>46</sup> FERREIRA, G. L. Santos, *op. cit.*, p. 6. Segundo a contagem deste autor, este lema repete-se 204 vezes no portal.

## Bibliografia

AVELAR, Henrique de; FERROS, Luís – As Empresas dos Príncipes da Casa de Avis. In *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento*. «O Homem e a Hora são um só». A *Dinastia de Avis*. Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1983, pp. 227-245.

AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de – Meditações heráldicas. XIII. Um ritmo heráldico, os lambeis dos filhos de D. Manuel I. *Armas e Troféus*, II série, tomo VI, n.º 1, 1965, pp. 40-43.

BEAUNE, Colette – *Le miroir du pouvoir* (introduction de François Avril). Paris: Banque Nationale de Paris / Editions Hervas, 1989.

DEVEIKÉ, Jone – La notion de couronne royale en Europe à l'époque des Rois Catholiques. In *Fernando el Católico. Pensamiento político, política internacional y religiosa, V Congreso de Historia de la Corona de Aragón*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1956, pp. 25-43.

FERREIRA, G. L. Santos – *A tenção de D. Duarte*. Separata do Boletim da Real Associação dos Archeologos Portuguezes. Lisboa, 1910.

FONSECA, João Abel da – A «Virtuosa Benfeitoria» e o pensamento político do Infante D. Pedro. *Biblos*, 1993 (LXIX), pp. 227-252.

FONSECA, Luís Adão da – A morte como tema de propaganda política na historiografia e na poesia portuguesa do século XV. *Biblos*, 1993 (LXIX), pp. 507-538.

GAMA, José – *A Filosofia da Cultura Portuguesa no Leal Conselheiro de D. Duarte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

GOMES, Rita Costa – A curialização da nobreza. In CURTO, Diogo Ramada (dir.) – *O tempo de Vasco da Gama*. S.l.: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Difel, 1998.

GOMES, Rita Costa – L'ordre domestique et l'ordre politique: la société de cour dans le Portugal du bas Moyen Âge. In FORONDA, François; CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel (dir.) – *Du contrat d'alliance au contrat politique. Cultures et sociétés dans la péninsule Ibérique de la fin du Moyen Âge*. Toulouse: CNRS – Université de Toulouse – Le Mirail, 2007, pp. 245-261.

HABLOT, Laurent – *La devise, mise en signe du prince, mise en scène du pouvoir : les devises et l'emblématique des princes en France et en Europe à la fin du Moyen Age*. No prelo.

HABLOT, Laurent – Le double du prince. Emblèmes et devises à la cour : un

outil politique. In GAUDE-FERRAGU, Murielle ; LAURIOUX, Bruno ; PAVIOT, Jacques (dir.) – *La cour du prince. Cour de France, cours d'Europe, XIIIe-XVe siècle*. Paris : Honoré Champion, 2011, pp. 281-299.

HABLOT, Laurent – Emblématique et discours allégorique à la fin du Moyen Age. In HECK, Christian (dir.), *L'Allégorie dans l'art au Moyen Age : formes et fonctions, héritages, créations, mutations*. Tournhout, Brepols, 2011.

HOMEM, Armando Carvalho; BECEIRO PITA, Isabel – Rey y “totalidad nacional” en la obra de don Duarte: en torno a los conceptos de prudencia y consejo. *Hispania* (LXVII – 227) 2007, pp. 109-127.

LIMA, João Paulo de Abreu e – *Armas de Portugal. Origem. Evolução. Significado*. Lisboa: Inapa, 1988.

Livro da Virtuosa Benfeitoria. In *Obras dos Príncipes da Casa de Avis* (introdução e revisão de M. Lopes de Almeida). Porto: Lello & Irmão, 1981.

*Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)* introdução de A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – *Heráldica de la Casa Real de León y Castilla (siglos XII-XVI)*. Madrid: Ediciones Hidalguía, 2011.

MONTEIRO, João Gouveia – Orientações da cultura da corte na 1.<sup>a</sup> metade do século XV (A literatura dos Príncipes de Avis). *Vértice*, 1988 (II-5), pp. 89-103.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. S.l.: Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, pp. 333-380.

NIETO SORIA, José Manuel – Corona e identidade política en Castilla. In JARA FUENTE, José Antonio; MARTIN, Georges; ALFONSO ANTÓN, Isabel (Coord.) – *Construir la identidad en la Edad Media. Poder y memoria en la Castilla de los siglos VII a XV*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2010, pp. 183-208.

OLIVEIRA, Humberto Nuno de - O Rodízio: Empresa de D. Afonso V representada no Convento de Santo António do Varatojo, *Torres Cultural*, nº 8, 1998, pp. 100-107.

PAÇO D'ARCOS, Isabel – O pilriteiro, empresa de D. João I. *Tabardo*, 2006 (3), pp. 57-66.

PINCHES, J. H. e R. V. – *The Royal Heraldry of England*. London: Heraldry Today, 1974.

PINOTEAU, Hervé – *La symbolique royale française. V<sup>e</sup> – XVIII<sup>e</sup> siècles*. La Roche-Rigault: PSR, 2003.

REBELLO, J. I. de Brito – *A Divisa d'El-Rei D. Duarte nas capellas imperfeitas da Batalha*. Porto, s.n., 1905.

ROSA, Maria de Lurdes – Velhos, novos e imutáveis sagrados... Um olhar antropológico sobre formas «religiosas» de percepção e interpretação da conquista africana (1415-1521). *Lusitana Sacra*, 2006 (18), pp. 13-85.

SANCHES DE BAENA, Visconde de – *Archivo Heraldico-Genealogico*. Lisboa: Typographia Universal, 1872.

SARAIVA, Cardeal (D. Francisco de S. Luiz) – Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria, chamado vulgarmente da Batalha. In CALDEIRA, Antonio Correia (Ed.) – *Obras Completas do Cardeal Saraiva (D. Francisco de S. Luiz) Patriarcha de Lisboa* precedidas de uma introdução pelo Marquez de Rezende. Lisboa, Imprensa Nacional, 1872, tomo I, pp. 273-342.

SEIXAS, Miguel Metelo de – As armas e a empresa do rei D. João II. Subsídios para o estudo da heráldica e da emblemática nas artes decorativas portuguesas. In MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho; CORREIA, Ana Paula Rebelo (coord.) – *As Artes Decorativas e a Expansão Portuguesa. Imaginário e Viagem. Actas do 2.º Colóquio de Artes Decorativas*. Lisboa: Escola Superior de Artes Decorativas / Centro Cultural Científico de Macau, 2010, pp. 46-82.

SEIXAS, Miguel Metelo de – Bibliografia de heráldica medieval portuguesa. In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (coord.) – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa, Instituto de Estudos Medievais (FCSH/UNL) / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos (ULL) / Caminhos Romanos, 2012, pp. 509-558.

SEIXAS, Miguel Metelo de – Reflexos ultramarinos na heráldica da nobreza de Portugal. In RODRIGUES, Miguel Jasmins (coord.) – *Pequena Nobreza e Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de História de Além-Mar, 2012, pp. 1-37.

SEIXAS, Miguel Metelo de; COLAÇO, José Estevéns – *As armas do infante D. Pedro e de seus filhos*. Lisboa: Universidade Lusíada, 1994.

SEIXAS, Miguel Metelo de, GALVÃO-TELLES, João Bernardo – As insígnias do pelourinho de Óbidos. Subsídios para a compreensão da emblemática da rainha D. Leonor. In VARELA, Alexandra (coord.) – *Casa Perfeitíssima. 500 Anos da fundação do Mosteiro da Madre de Deus*, Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, 2009, pp. 23-38.

SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – A pedra de armas do paço dos alcaides-mores de Óbidos: uma memória heráldica. In *Actas do II Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*. Arcos de Valdevez, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2011, pp. 125-174.

SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo – Sousas



Chichorros e Sousas de Arronches: um enigma heráldico. In SEIXAS, Miguel Metelo de; ROSA, Maria de Lurdes (coord.) – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos / Caminhos Romanos, 2012, pp. 411-446.

SICILLE – *Il Blasone dei colori. Il simbolismo del colore nella Cavalleria medievale* (a cura di Massimo D. Papi, presentazione di Franco Cardini). Rimini: Il Cerchio Iniziative Editoriali, 2000.

SOUSA, Luís Rebelo de – A alegoria final do Livro da Virtuosa Benfeitoria. *Biblos*, 1993 (LXIX), pp. 367-379.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de – As Capellas Imperfeitas e a Lenda das devisas gregas. In *Batalha. Convento de Santa Maria da Victoria*. Porto, Fernando Brütt e Cunha Moraes – Editores, s.d.

### **Maria Isabel Pessoa de Castro Pina**

Doutorada em História, especialidade História Medieval pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2011) com a dissertação *Os Lóios em Portugal: Origens e primórdios da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista*. Foi membro da equipa de investigação do projecto “Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento. Guia Histórico”, uma iniciativa do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, financiado pela Fundação Ciência e Tecnologia e pela Fundação Calouste Gulbenkian. É membro integrado do IEM-Instituto de Estudos Medievais, centro de investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Áreas de investigação privilegiadas: Arquivística. História cultural e religiosa. Ordens religiosas.



### **Maria de Lurdes Rosa**

Doutorada em História medieval pela École des Hautes Études en Sciences Sociales/ Universidade Nova de Lisboa. Exerce funções docentes no Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humana e é membro do Instituto de Estudos Medievais da mesma instituição, bem como do Centro de Estudos de História Religiosa, da Universidade Católica Portuguesa. Tem como áreas de estudo a história cultural e das mentalidades da Idade Média, no âmbito da qual estudou, por um lado, a religiosidade e



devoção dos leigos, a hagiografia e a santidade; por outro, os comportamentos e modelos linhagísticos. Tendo desempenhado, em paralelo à docência e investigação em História medieval, trabalho técnico e de investigação na área da arquivística, dedica-se, desde 2009, a um projecto de estudo e de dinamização dos arquivos de família (IEM/ CHAM).

### **Miguel Metelo de Seixas**

Doutor em História pela Universidade Lusíada de Lisboa, onde exerce o cargo professor auxiliar e dirige, desde 1998, o Centro Lusíada de Estudos Genealógicos, Heráldicos e Históricos. É desde 2011 bolseiro de pós-doutoramento FCT, como investigador do Centro de História de Além-Mar, do Instituto de Estudos Medievais (FCSH/UNL) e da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris). Na área da heráldica, tem publicado, desde 1994, numerosos livros, capítulos de livros e artigos, com destaque para *Heráldica, representação do poder e memória*

*da nação* (2011), *Estudos de Heráldica Medieval* (coordenação, em conjunto com Maria de Lurdes Rosa, 2012) editou recentemente o armorial seiscentista *Compendio das Armas dos Reynos de Portugal & Algarve & das Cidades e Villas principaes delles*, de Cristóvão Alão de Morais (2013). É membro da Académie Internationale d'Héraldique, presidente do Instituto Português de Heráldica, membro do conselho redatorial de *Anais de História de Além-Mar* e director da revista *Armas e Troféus*.

